

Marxismo, sistema do capital e socialismo hoje: Entrevista com István Mészáros*

Resumo:

A entrevista que segue, realizada com István Mészáros, Professor Emérito da Universidade de Sussex (Inglaterra), colaborador direto do filósofo húngaro Georg Lukács e autor de vastíssima produção intelectual, foi originalmente publicada pela revista iraniana *Naghd* (Crítica), em 2 de junho de 1988, após a publicação do livro *Beyond Capital* naquele país. Ela acaba de ser publicada também em *Science & Society*, vol. 63, nº 3, 1999, dentre outras revistas, de países distintos, que a vêm publicando.

Lutas Sociais a publica com exclusividade no Brasil pelo riquíssimo poder de síntese e radicalidade crítica, que antecipa para o leitor brasileiro um conjunto de teses presentes em *Beyond Capital*, uma das obras dotadas de maior vitalidade neste final de século.

Beyond Capital, publicado inicialmente na Inglaterra e Estados Unidos, além da edição iraniana acima referida, encontra-se em vias de publicação na Itália, Índia, Venezuela, dentre outros países. Obra de maior relevância e destaque, em suas quase 1.000 páginas, encontra-se também em fase final de edição em nosso país, onde será publicado com o título *Para além do capital — Em direção a uma teoria da transição*, pela Editora Boitempo, na Coleção *Mundo do Trabalho*.

A publicação desta entrevista permitirá ao leitor de *Lutas Sociais* acompanhar mais diretamente algumas das idéias que converteram István Mészáros num dos mais agudos, instigantes e contundentes críticos do capital.

— Em sua opinião, qual dos modelos marxianos podem explicar as crises capitalistas da idade moderna? O modelo de reprodução do capital social total? O modelo de superprodução? A tendência de queda da taxa de lucro? Ou é possível combinarmos todos esses modelos em um só?

— Sim, fundamentalmente é possível combiná-las. Mas, acima de tudo, o que tem precedência é uma visão global do capital. Torna-se irônico que pessoas estejam recentemente descobrindo que vivemos em um mundo de “globalização”. Isto sempre foi evidente para Marx, e eu, da mesma forma discuti o assunto em minha conferência no Isaac Deutscher Memorial (“A necessidade do controle social”), no qual trato amplamente da “globalização”. Não utilizando

* Tradução de Murilo Vieira Komniski (mestrando pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP). Revisão técnica de Ricardo Antunes, do Departamento de Sociologia do IFCH-Unicamp.

esta palavra, mas de categorias equivalentes e cruciais como *Capital social total* e *Totalidade de trabalho*. A estrutura conceitual global é a única em que se pode dar sentido ao sistema do capital. (Esta conferência está agora reimpressa na Parte IV de *Beyond Capital*).

O capital não tem absolutamente nenhuma forma de se autolimitar; do mesmo modo não se pode encontrar no mundo uma força contrária que o restringiria sem superar radicalmente o sistema do capital tal como este é. O capital, portanto, teve que seguir seu curso e lógica de desenvolvimento: ele teve que englobar a totalidade do planeta. Isto sempre foi implícito em Marx. Os outros pontos os quais você mencionou, como o “declínio da taxa de lucro”, etc. são de certa maneira subsidiárias da lógica globalmente expansionista do capital; de forma que você pode incorporá-los todos na visão global. O sistema do capital possui uma multiplicidade de elementos particulares repletos de contradições. Há uma pluralidade de capitais confrontando-se uns com os outros, tanto ao nível nacional quanto no plano interno de qualquer comunidade nacional específica. Aliás, a pluralidade de capitais no interior de comunidades nacionais específicas constitui a base teórica do liberalismo, enganando-se a si mesmo em ser o campeão da Liberdade, com “L” maiúsculo.

O capital não é uma entidade homogênea; e isso engendra grandes complicações para toda a questão da “globalização”. Da forma com que se apresenta costumeiramente, a “globalização” é uma completa fantasia, sugerindo que todos nós viveremos sob um “governo global” capitalista e que, de modo não problemático, obedeceremos às normas desse governo global unificado. O que é totalmente inconcebível. Não pode haver uma maneira de trazer o sistema do capital sob o domínio de um grande monopólio que proporcionaria a base material para o referido “governo global”. Em realidade, temos uma multiplicidade de divisões e contradições, e o *Capital social total* é a categoria abrangente a qual incorpora a pluralidade de capitais com todas suas contradições. Agora, se você olhar para o outro lado, também a *Totalidade do trabalho* nunca pode ser considerada como uma entidade homogênea, enquanto o sistema do capital sobreviver.

Há, por necessidade, inúmeras contradições entre seções do trabalho a serem encontradas sob determinadas condições históricas — opondo-se e lutando uns com os outros — além do simples confronto entre seções particulares do capital. Essa é uma das tragédias de nossa condição atual. E não se pode simplesmente desejar que ela deixe de existir; pois como Marx afirmou há muito tempo: “A competição separa os indivíduos uns dos outros, não apenas os burgueses, mas sobretudo os trabalhadores, apesar do fato desta colocá-los juntos. Conseqüentemente, todo poder organizado que se oponha a esses indivíduos isolados, os quais vivem em condições de reprodução cotidiana desse isolamento, pode ser superado somente após longas lutas. Requerer o oposto disso seria equivalente a requerer que a competição não devesse existir nessa época definida

da história, ou que os indivíduos devessem banir de suas mentes as condições sobre as quais, em seu isolamento, eles não exercem nenhum controle”.

Estas divisões e contradições permanecem conosco e, enfim, devem ser explicadas pela natureza e funcionamento do próprio sistema do capital. Trata-se de um sistema insuperavelmente contraditório baseado no antagonismo social. Trata-se de um sistema adverso, baseado na dominação estrutural do capital sobre o trabalho. Há necessariamente, portanto, todos os tipos de divisões seccionais. Mas é preciso também manter em mente que estamos falando de um sistema de desdobramento dinâmico. A tendência de desdobramento dinâmico do sistema do capital global não pode deixar de ser um sistema total e imbricadamente interligado e, ao mesmo tempo, profundamente contraditório. Dessa forma, todos os outros modelos que você mencionou podem ser subsumidos sob as intrínsecas determinações do desdobramento global do *Capital social total* e da correspondente *Totalidade do trabalho*. Esta estrutura geral tem sua lógica própria, no sentido de um desdobramento inexorável de acordo com suas determinações e limitações estruturais intrínsecas. Estas são algumas das absolutas — historicamente insuperáveis — limitações ao sistema, as quais busquei apresentar no Capítulo 5 de *Beyond Capital*, intitulado “A ativação dos limites absolutos do capital”.

— Qual é a validade da crítica concernente à teoria de Marx sobre a “Conversão do valor em preço” e o modelo marxiano em resposta a isso?

— Bem, eu penso que possa ser uma abordagem muito técnica entrarmos nesses detalhes. Você sabe a forma em que a teoria econômica moderna tem questionado esses pontos. Mas não creio que possamos tirar muito proveito disso, tendo em vista o fato dessa conversa ser necessária em função de operarmos sob um sistema de mercado. Isso nos remete novamente à questão da *Teoria do valor-trabalho*. A fundação da estrutura conceitual marxiana é a teoria do valor-trabalho, no que diz respeito à maneira pela qual a “mais-valia” é gerada e apropriada sob o domínio do capital.

A partir de nossas condições de reprodução socioeconômicas atuais, há na maioria dos países uma estrutura de mercado na qual a “pluralidade de capitais” — mencionada anteriormente — deve se ajustar. Você mencionou a “taxa de lucro”, a qual está da mesma forma em processo de constante ajustamento. Porém, esse ajustamento não pode ocorrer sem uma conversão intermediária. Se (e onde) o capital tivesse uma incisiva forma política de controle sobre a reprodução expandida do sistema, não haveria (e não houve) necessidade de uma conversão intermediária genuína; o processo poderia ser estabelecido de maneira mais ou menos arbitrária com base em decisões políticas, como alias houve no sistema do capital de tipo soviético. Em outras palavras, estamos novamente atentos a um elemento subsidiário do todo da teoria. É uma questão de secundária importância indagar se o “sobretrabalho” está política e economicamente apropriado.

O que é de importância primordial é que, sob todas as variedades concebíveis do sistema do capital, ele deve ser apropriado por um corpo separado que se sobrepõe e domina estruturalmente o trabalho. Aqui, como você pode perceber, a categoria fundamental é o “sobretrabalho” e não a “mais-valia” da forma com que as pessoas freqüentemente assumem. “Mais-valia” e modos específicos de sua apropriação e realização são absolutamente essenciais sob o *capitalismo*. Mas o sistema do capital abrange muito mais do que sua variedade capitalista. Houve — e realmente ainda existem hoje — formas de sistema do capital que não podem ser descritos simplesmente como capitalistas. Você sabe que muitos têm tentado caracterizar o novo e defunto sistema soviético como um “capitalismo de Estado”. Não creio que tal caracterização faça qualquer sentido. O sistema soviético não foi um “capitalismo de Estado”; ele foi “pós-capitalista”. Esse sistema, no entanto, também operava sobre a base de uma apropriação do “sobretrabalho” por um corpo separado, dominando estruturalmente o trabalho e operando a extração política do “sobretrabalho”.

Ou seja, a força de trabalho soviética não controlava a regulação e alocação de seu próprio “sobretrabalho”, que naquele sistema não precisava ser convertido em mais-valia. O tipo de sistema soviético foi uma forma historicamente específica de sistema do capital, no qual a apropriação de sobretrabalho tinha de ser *controlada politicamente*. Isto é o que chegou a um fim na ex-União Soviética, mas de modo algum ocorreu o mesmo em todos os lugares. Quando se pensa no sistema chinês, portanto, ainda encontra-se lá uma predominância do controle político da extração de sobretrabalho. Apesar de muitas pessoas falarem a respeito da “estrutura de mercado do sistema chinês”, em realidade — ao considerar-se a totalidade da reprodução metabólica social da China — o mercado toma um espaço muito subsidiário.

Assim, primeiramente, ainda continua havendo uma apropriação política do sobretrabalho no sistema chinês e, com efeito, ocorrendo em escala maciça. Nesse sentido, vendo-se o problema da conversão sob a ótica do “sobretrabalho”, ao invés da “mais-valia” — a qual deve estar presente na variedade particular do sistema do capital — você vai descobrir então que na variedade capitalista (baseada na mais-valia) é essencial operar com o fator intermediário da conversão, cujos detalhes particulares são historicamente contingentes. Eles dependem ainda das fases históricas dos desenvolvimentos capitalistas. Portanto, as mais avançadas fases monopolistas do desenvolvimento capitalista devem operar obviamente a partir de um modo significativamente diferente de conversão de mais-valia em preços, quando comparada a uma fase muito anterior de desenvolvimento, conhecida por Marx.

— **Em que condições a Teoria do valor não teria nenhuma validade? Tais condições são tecnológicas, econômicas ou relativas a um fator humano?**

— A Teoria do valor-trabalho só pode deixar de estar operando mediante uma transformação socialista radical. Essa é a primeira coisa a se enfatizar. Para se

desfazer da *Teoria do valor-trabalho*, você deve desfazer-se da extração e alocação do “sobretrabalho” por qualquer tipo de corpo externo, seja ele político ou econômico. Mas para tanto você deve mudar o sistema em seu todo. Em outras palavras, podemos falar de socialismo apenas quando as pessoas estiverem controlando suas próprias atividades e da alocação de seus frutos para seus próprios fins. Isso significa a *auto-atividade* e o *autocontrole* da sociedade pelos “produtores associados”, como Marx afirmara. Naturalmente, os “produtores associados” não podem controlar suas atividades e seus objetivos a menos que eles controlem a alocação do excedente socialmente produzido. Inconcebível, portanto, instituir o socialismo se um corpo separado permanece no controle da extração e apropriação do sobretrabalho.

Sob o socialismo, a *Teoria do valor-trabalho* não tem absolutamente nenhuma validade; não há espaço para ela. Marx fala da “fundação miserável”, sob a qual no sistema do capital a perversa extração de sobretrabalho deve ser o regulador do processo de reprodução social. Para ser mais preciso, em toda sociedade é necessário um modo de lidar com o problema de como se alocam os recursos. Qual o significado de “Economia”? É fundamentalmente uma maneira racional de se *economizar*. Não possuímos uma infinidade de recursos de que nos podemos dispor à vontade, como ocorre — para nosso risco — sob o sistema do capital. Não temos uma infinidade de coisa alguma, seja ao se pensar em recursos materiais ou em energia humana, à qualquer época. Precisamos, portanto, de uma regulação racional do processo de reprodução social. Importante é a viabilidade do processo de reprodução social a longo prazo, ao invés dos irresponsavelmente míopes e profundamente insustentáveis limites do sistema do capital. Essa é a razão por que é necessário reorientar o intercâmbio societal da tirania da mais valia e da apropriação do sobretrabalho dos produtores por um corpo separado, para um qualitativamente diferente.

Neste último sistema, em que os “produtores associados” estão em controle de ambas, a produção e alocação de seus produtos, não há absolutamente espaço para mais-valia ser imposta sobre os indivíduos sociais. Vale dizer, não há espaço para os imperativos do capital e para a sua acumulação. Porque o capital não é simplesmente uma entidade material. Devemos pensar o capital como um modo historicamente determinado de controle da reprodução social metabólica. Esse é o significado fundamental do capital. Ele penetra em todos os lugares. Claro que o capital é também uma entidade material; ouro, bancos, mecanismos de preço, mecanismos de mercado, etc. Mas muito além disso, o capital penetra também o mundo da arte, da religião e das igrejas, atingindo as instituições culturais da sociedade. Nesse sentido, sob as presentes circunstâncias, você não pode pensar em nada em sua vida que não seja controlado pelo capital.

É por isso que a *Teoria do valor-trabalho* é válida para o período histórico em que o capital é todo-abrangente, onde o processo de regulação é fundamentalmente irracional. E isso não significa o fim da história. Isso é mais

complicado pelo fato de que, no difícil período histórico de transição da regra do capital para um sistema muito diferente, a “teoria do valor trabalho” e a “lei do valor” funcionam de maneira imperfeita. Essa é uma das razões pelas quais o sistema do capital de tipo soviético foi arruinado. Era um sistema de transição que poderia tomar uma ou outra direção, rumo à transformação socialista da sociedade — o que não houve — ou tinha que implodir e embarcar no sentido da restauração capitalista, cedo ou tarde. É a isto que estamos testemunhando, porque em certo momento, o sistema soviético caiu, por assim dizer, “em um beco sem saída”. Não havia nenhuma forma de regulação da economia por intermédio de algum tipo de mecanismo econômico, como o mercado, o sistema de preço, entre outros.

Portanto, não poderia haver um tipo de força de trabalho disciplinadora como temos no sistema de mercado capitalista. Em nossa sociedade muitas coisas são estabelecidas automaticamente pelas forças de mercado; o trabalho, por exemplo, é cruelmente sujeitado à primazia das condições tirânicas do mercado. Dessa forma, a questão crucial no tocante a esse assunto é precisamente o mercado de trabalho. Se nos remetermos ao tempo em que o sistema soviético entrou em colapso sob o governo de Gorbachev, veremos que o falecimento do sistema coincidiu com a mal concebida e fútil tentativa de se introduzir um “Mercado de trabalho”. Este foi o fim da tão alardeada *perestroika*. Pois o mercado de trabalho apenas pode funcionar apropriadamente sob condições capitalistas. É aí que a “Lei do valor” prevaleceu com sucesso — não parcial ou marginalmente, mas em princípio de forma natural — no bojo da “reprodução expansiva do capital”. Havia inúmeros tipos de limites para além do mundo capitalista — a saber, a própria estrutura global — sob os quais também o sistema soviético era obrigado a operar.

Sob as condições de desenvolvimento no século XX, muitos aspectos que no passado funcionavam a partir de uma estrutura de extração de sobretrabalho economicamente regulada tornaram-se muito problemáticos. Hoje as imperfeições do mercado e a operação extremamente problemática da lei do valor são evidentes mesmo no sistema de capitalismo avançado dos países do Ocidente. O sempre crescente papel assumido pelo Estado — sem o qual o sistema do capital não sobreviveria hoje em nossas sociedades — introduz sérios constrangimentos à lei do valor em nosso sistema. Aqui, estamos falando de limitações em potencial de longo alcance que consistem obviamente nas próprias contradições de nosso sistema. Deve-se ainda acrescentar que uma coisa é a tentativa de completa restauração do capitalismo na ex-União Soviética, outra, totalmente diferente, é obter sucesso nessa busca. Pois, após quinze anos em que Gorbachev deu início ao processo de restauração capitalista, pode-se apenas falar de sucessos *parciais*, restritos fundamentalmente aos círculos de negócios geridos pela máfia nas principais cidades.

A crise endêmica e crônica na Rússia manifesta-se de modo notável também devido ao fato de que vários grupos de trabalhadores — a exemplo dos mineiros — não têm recebido nem mesmo seus míseros salários há muitos meses, em

alguns casos há até um ano e meio, o que é inconcebível em uma estrutura capitalista apropriada, cujo regulador fundamental da extração de sobretrabalho é econômico e não político. Isso realça uma tendência vital das formas de desenvolvimento do século XX. Trata-se de um fato de significado histórico-mundial que, nesse século XX, o sistema do capital não tenha se completado ele mesmo sob a forma de sua variedade *capitalista* baseada na regulação econômica da extração de sobretrabalho. Tanto é, que hoje aproximadamente metade da população mundial — de China à Índia e a áreas importantes de África, Sudeste Asiático e América Latina — não pertence ao mundo capitalista propriamente, mas vive sob uma espécie de variedade híbrida de sistema do capital, seja devido a condições crônicas de subdesenvolvimento, ou ao maciço envolvimento estatal na regulação do metabolismo socioeconômico, ou referente à combinação desses dois determinantes.

A crise endêmica na Rússia — que bem pode terminar em total desestabilização e potencial explosão do país — somente pode ser explicada nesse contexto. De modo compreensível, o verdadeiro significado desse fato histórico — qual seja o fracasso do capitalismo em impor-se com sucesso por toda parte, apesar de todo o falatório condescendente no tocante à “globalização” — levará certamente algum tempo para vir à tona, dadas as mitologias do passado e o agora predominante triunfalismo. Isso, no entanto, não pode diminuir o significado do fato em si e de suas implicações de longo alcance para o futuro, que devem surgir do aprofundamento da crise estrutural do sistema do capital.

**— Onde está o proletariado hoje e qual seu papel na transformação social?
Onde encontrar a ação hoje?**

— O que você está realmente me perguntando, creio eu, é relativo à questão da ação social transformadora. Pois isso é o que a palavra “proletariado” resumia à época de Marx; o que foi sempre tomado pelas pessoas como o proletariado industrial. As classes trabalhadoras industriais são compostas em sua totalidade por trabalhadores manuais, desde mineração até vários setores da produção industrial. Restringir a ação social transformadora aos trabalhadores manuais não é obviamente a posição pessoal de Marx. Ele estava muito longe de pensar que o conceito de “trabalhadores manuais” providenciaria uma estrutura de explicação adequada para os requisitos necessários a uma transformação social radical.

Você deve lembrar-se de que ele estava falando a respeito de como, através da polarização da sociedade, um número crescente de pessoas é “proletarizado”. É, portanto, o processo de *proletarização* — inseparável do desdobramento global do sistema do capital — que define e, em última instância, resolve a questão. Vale dizer, a questão é como uma enorme maioria de indivíduos cai numa condição sob a qual perde todas as possibilidades de controle de suas vidas e, nesse sentido, os mesmos tornam-se proletarizados. Novamente, portanto, tudo se remete à questão de “quem tem o controle” do processo de reprodução social quando a

enorme maioria de indivíduos é “proletarizada” e degradada à condição de absoluta impotência, como se os mais miseráveis membros da sociedade — os “proletários” — estivessem numa fase anterior de desenvolvimento.

Há graus e possibilidades de controle, até certo momento na história do capital, os quais significam que alguns setores da população estão mais em controle que outros. Aliás, Marx descreve, em um dos capítulos de *O Capital*, a empresa capitalista como quase uma operação militar em que se têm oficiais e sargentos, e chefes de seção que, como os sargentos, supervisionam e regulam a força de trabalho sob a autoridade do capital. Em última análise, todos os processos de controle estão sob a autoridade do capital, mas há ainda certos auxílios e possibilidades de autonomia limitada prescritas a seções específicas de supervisão. Agora, quando se fala de avanço de “proletarização” implica um nivelamento por baixo e a negação à mais limitada autonomia de que alguns grupos de pessoas chegaram anteriormente a desfrutar no processo de trabalho. Basta pensarmos na enfatizada distinção entre os chamados trabalhadores de “colarinho branco” e os de “colarinho azul”.

Como você bem sabe, os propagandistas do sistema do capital que dominam os processos culturais e intelectuais gostam de usar a distinção entre os dois como outra refutação de Marx; argumenta-se que em nossas sociedades “colarinho azul”, o trabalho manual desaparece por completo, e os trabalhadores de “colarinho branco”, que supostamente gozam de condições de emprego muito superiores (na verdade uma total ficção), são elevados às “classes médias” (outra ficção). Bem, eu diria a respeito do postulado desaparecimento do trabalho de “colarinho azul”: calma, não tão rápido! Pois se você olhar ao redor e mantiver o enfoque sobre a categoria crucial da “totalidade do trabalho”, perceberá que a enorme maioria do trabalho ainda permanece sendo o que poderíamos descrever como de “colarinho azul”. No tocante a isso, é suficiente pensarmos nas centenas de milhões de trabalhadores de “colarinho azul” na Índia, por exemplo.

— Posso acrescentar algo? É suficiente a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo feita por Marx?

— Bem, suficiente no sentido em que se pode fazer essa distinção. Quando se considera a totalidade do processo de reprodução, chega-se à conclusão de que certos componentes da totalidade do processo estão se tornando mais e mais parasitários. Pense nos crescentes custos administrativos e de seguros que estão em pauta. A mais extrema forma de parasitismo em nosso contemporâneo processo de reprodução é, com efeito, o setor financeiro, constantemente engajado na especulação global com repercussões muito severas — e potencialmente extremamente graves — para o chamado processo produtivo propriamente.

O perigoso parasitismo do setor financeiro especulativo e internacional — o qual, para atizar ainda mais a discussão, continua a ser glorificado sob slogans propagandísticos de uma inevitável e universalmente benéfica “globalização” —

tem um papel importante nos futuros cenários da transformação social. O que nos remete de volta à questão vital sobre a ação social transformadora. O que decide a questão não é a historicamente mutável relação entre trabalhadores do “setor operário” e do “setor administrativo”, mas a socialmente insuperável *confrontação fundamental entre capital e trabalho*. Isso não está restrito a este ou aquele setor de trabalho, mas abarca a *totalidade do trabalho de forma antagônica ao capital*. Em outras palavras, o trabalho como antagonista ao capital – isto é, em escala global, apenas a “totalidade do trabalho” pode se contrapor ao “capital social total” globalmente existente — submete todos os setores e variedades de trabalho, sejam qual forem suas configurações socioeconômicas no atual estágio da história.

Temos testemunhado o que vem ocorrendo em nossas sociedades, nas assim denominadas “sociedades de capitalismo avançado” do Ocidente. Como aconteceu e continua a acontecer, vasto número de trabalhadores de “colarinho branco” foi e é expulso do processo de trabalho. Com efeito, são centenas de milhares deles em toda grande cidade. Veja, por exemplo, a questão nos Estados Unidos. Era uma vez os trabalhadores de “colarinho branco” que gozavam de certa segurança no trabalho, acompanhada de uma relativamente pequena autonomia para seu tipo de atividade. Tudo isso está agora desaparecendo, saindo pela janela. Aqui o “avançado maquinário” computadorizado e a questão da tecnologia adentram o quadro. Mas mesmo nesse contexto, a tecnologia ocupa sempre posição secundária junto à questão do imperativo da acumulação de capital. Isso é o que no fundo decide a questão, usando o “inevitável progresso da tecnologia” como álibi para esmagar vidas humanas em escala maciça.

Em consequência, temos a “proletarização” dos que um dia possuíam força de trabalho mais estável. Trata-se de um processo contínuo. Desemprego é algo endêmico e onipresente; não se encontra hoje um único país que não o tenha em grau crescente. Mencionei, em minha Introdução à edição iraniana de *Beyond Capital*, que na Índia há trezentas e trinta e seis milhões de pessoas nos registros de desemprego; e imagine quantos milhões a mais não estão catalogados. Esse é o estado da humanidade hoje. Apenas olhe ao redor, para o que está ocorrendo na América Latina, o crescente desemprego na África, e mesmo no Japão — este saudado não muitos anos atrás como o país do “milagre”. Agora leio todo mês em publicações japonesas sobre um novo índice de desemprego. De fato, o Japão hoje apresenta uma taxa de desemprego consideravelmente mais elevada que os Estados Unidos. Que ironia. Não muito tempo atrás, seus métodos de lidar com esses problemas eram considerados a solução ideal. No entanto, o aumento cancerígeno do desemprego está hoje afetando a todos os países, incluindo os que não tinham tal problema no passado.

Pegue a Hungria por exemplo. Agora ela tem uma taxa de desemprego mais elevada que a já alta taxa alemã. Aqui pode-se ver a diferença entre o sistema pós-capitalista de tipo soviético e de tipo capitalista propriamente. No passado não havia desemprego nos países de tipo soviético. Havia uma série de formas de *subemprego*, mas não desemprego. Agora na Hungria o desemprego é equivalente

a algo muito maior do que temos não apenas na Alemanha, mas também Grã-Bretanha e Itália. Você entende a gravidade do que é o desemprego. Veja o que está havendo na Rússia. A Rússia nunca havia experimentado o desemprego; agora sua taxa é maciça. E, como antes mencionado, mesmo se você estiver empregado na Rússia, como os mineiros, não se recebe salários há meses. Deve-se manter em mente que estamos tratando de um processo dinâmico de desdobramentos e transformações. Esse processo ameaça a humanidade com nada menos que a devastação, e o agente social que pode fazer algo a respeito — com efeito, a única ação exequível capaz de instituir um caminho *alternativo* de controle do metabolismo social — advém do trabalho. Não de setores específicos do trabalho, mas a totalidade do trabalho como *inconciliável antagonista ao capital*.

— Antes de eu começar a perguntar sobre a possibilidade objetiva/a possibilidade real do socialismo, gostaria de perguntar a respeito de Marx. Que aspectos da teoria de Marx são vulneráveis ou necessitam que sejam renovadas? Quais partes você acha que precisam? Metodologia, Sociologia, História ou Teoria Econômica?

— A estrutura marxiana sempre necessita renovação. Marx escreveu em meados do século XIX e morreu em 1883. Tudo tem mudado enormemente desde então. As tendências de transformação que testemunhamos num passado recente, com suas raízes remontando às primeiras décadas de nosso século, são de um caráter tal que Marx não poderia nem mesmo chegar a sonhar com elas. Isso diz respeito, sobretudo, ao modo pelo qual o sistema do capital ajustou-se e renovou-se, de modo a postergar os desdobramentos e o amadurecimento das contradições antagônicas.

Marx não estava numa situação em que pudesse ter acesso às várias modalidades e derradeiras limitações à intervenção estatal para prolongar a vida útil do sistema do capital. Quando se pensa no desenvolvimento econômico do século XX, uma figura chave é John Maynard Keynes. O objetivo fundamental de Keynes foi precisamente o de salvar o sistema via injeção de fundos estatais maciços para o benefício de empresas capitalistas privadas, de forma a regular sobre uma base permanente, no interior de uma estrutura pautada pela acumulação de capital, a totalidade do processo de reprodução. Agora, temos o “monetarismo” e o “neoliberalismo” que puseram Keynes de lado, e perderam-se na fantasia de acabar completamente com a intervenção estatal, vislumbrando a “retração dos limites do Estado” da maneira mais absurda. Naturalmente, em realidade nada poderia corresponder a tais fantasias tendenciosas. Na verdade o papel do Estado no sistema capitalista contemporâneo é maior do que nunca, incluindo a época do pós-segunda guerra durante o desenvolvimento keynesiano nos mais avançados países capitalistas. Todo esse tipo de desenvolvimento é totalmente diferente se comparado ao tempo de vida de Marx.

Do mesmo modo, e até mais, somando-se às complicações, é o que houve na ex-União Soviética e nos demais sistemas de tipo soviético em geral. Quando se tem uma revolução que queira ser socialista, com o objetivo de trazer à tona uma transformação socialista da sociedade, é uma coisa. Mas quando se observa o tipo de sociedade resultante nesses países, você precisa dizer que trata-se de algo diferente. Porque o domínio do capital — mesmo de forma muito diferente — continuou também no sistema pós-capitalista de tipo soviético. Olhando mais de perto, encontra-se importante conexão com Marx. Pois Marx fala sobre as “personificações do capital”, o que é uma categoria muito importante. Marx a usa quando discorre sobre os capitalistas privados, já que não há nenhuma outra forma visível em seu período de vida. Mas ele percebe, com muita exatidão, que o que realmente define o pessoal de comando do sistema do capital é o fato de eles serem *personificações do capital* — devendo operar sob os imperativos objetivos do capital.

Os ideólogos e propagandistas do capitalismo gostam de perpetuar a mitologia do “capitalista esclarecido” e do “capitalista benevolente” que, regra geral, são comprometidos em bem cuidar dos trabalhadores, em oposição aos que se comportam de modo indiferente, como os pertencentes à “face inaceitável do capitalismo” — para usar a expressão do Primeiro Ministro Britânico do Partido Conservador, Edward Heath. Trata-se de uma fantasia grotesca, mesmo quando não dita com completo cinismo, sendo que nem mesmo Heath admitiu segui-la. Todos os capitalistas necessitam submeter-se aos imperativos objetivos emanados da inalterada lógica da expansão do capital. Se assim não o fizerem, deixaram rapidamente de ser capitalistas, expulsos do processo reprodutivo total pela mesma lógica e sob o argumento da necessidade de um de comando pessoal viável.

É inconcebível para o capitalista que ele funcione no sentido de responder às aspirações da classe trabalhadora. Isso seria uma contradição em termos, dada a necessária dominação estrutural do trabalho pelo capital em todas as variedades concebíveis do sistema do capital. Agora, isso nos remonta novamente à questão das “personificações do capital” retomando a visão de Marx. Pois as “personificações do capital” devem obedecer e impor aos trabalhadores os imperativos objetivos emanados da lógica do capital, de acordo com as circunstâncias sociohistóricas em constante mudança. E isso é altamente relevante para se compreender o modo pelo qual pode haver uma variedade de diferentes “personificações do capital”, ao que testemunhamos no século XX. Marx conheceu apenas uma forma de personificação do capital — o capitalista privado. Mas temos visto muitos outros, e certamente ainda veremos algumas novas e inesperadas permutações no futuro, conforme desdobram-se a crise estrutural do sistema do capital global.

Uma das principais razões por que escrevi *Beyond Capital* foi precisamente a de pensar o futuro. É o futuro que precisamos manter em mente com olhos críticos, no intuito de sermos participantes ativos no processo histórico, côncios das fatídicas implicações do poder destrutivo do capital no atual estágio da história.

O capital tem estado presente há muito tempo sob uma forma ou outra; de fato sendo algumas de suas mais limitadas formas as mesmas já há milhares de anos. Apenas nos últimos trezentos ou quatrocentos anos, no entanto, é que se estrutura uma forma de capitalismo capaz de impulsionar a lógica auto-expansionista do capital; sem se importar com as devastadoras consequências para a própria sobrevivência da humanidade. Isso é o que se deve por em perspectiva.

Quando pensamos no futuro, à luz de nossa dolorosa experiência histórica, não podemos imaginar — nos termos em que pensávamos no passado sobre a revolução socialista — uma situação na qual a deposição do capitalismo resolva os graves problemas que nos confrontam. O capital é onipresente; ele está profundamente imbricado em todas as áreas de nossa vida social. Em consequência, se quisermos obter o mínimo de sucesso, o capital deve ser erradicado de todos os lugares por intermédio de um processo laborioso de profunda transformação social. As aspirações por uma mudança socialista em bases duradouras, mesmo com suas dificuldades, devem ser relacionadas com esse processo. Necessário atentar constantemente para o fato de que as potenciais personificações do capital não se impõem eles mesmos sobre os objetivos das futuras revoluções socialistas. Nossa perspectiva deve orientar-se pelo delineamento e defesa das necessárias salvaguardas contra o reaparecimento das personificações do capital, em qualquer das suas formas.

Nesse sentido, a estrutura teórica marxiana deve ser constantemente renovada, de forma a dar conta dos contornos e curvas dos “astúcias da história”. Não há nenhuma área da atividade teórica — e Marx seria o primeiro a concordar com essa proposição; alias ele o fez explicitamente — que poderia escapar da necessidade de se renovar completamente a cada mudança histórica substancial. E o fato é que da época de vida de Marx até nossas condições atuais houve uma mudança histórica maciça. Apenas para mencionar mais uma consideração importante na conclusão dessa questão, Marx já estava até certo ponto atento ao “problema ecológico”; isto é, os problemas ecológicos sob o domínio do capital e os perigos para a sobrevivência humana implícitos nesse domínio. Na verdade, Marx foi o primeiro a conceitualizar o problema. Ele falava sobre poluição e insistia que a lógica do capital — a qual deve buscar o lucro, de acordo com a dinâmica de auto-expansão e acumulação de capital — não pode ter nenhuma consideração por valores humanos e mesmo pela sobrevivência humana. Os elementos desse discurso estão em Marx.

O que não se pode encontrar, obviamente, é a enorme gravidade da situação que temos à frente. Para nós o problema de sobrevivência humana é uma questão *imediata*. Podemos hoje destruir facilmente a humanidade. Os meios e as armas já estão à nossa disposição para a destruição total da humanidade. Não havia nada parecido no horizonte à época de Marx. Os imperativos essenciais e destrutivos podem ser explicados apenas em termos da lógica exasperada que o capital aplica à questão da *economia*. Como enfatizei anteriormente, o verdadeiro

significado da economia no tocante à situação humana não pode ser outro que o de *economizar* a longo prazo. Hoje encontramos exatamente o oposto disso. O modo pelo qual o sistema do capital opera zomba da necessidade de se economizar. Com efeito, esse sistema busca o oposto à economia, em todo lugar e com enorme irresponsabilidade: há um total *desperdício*.

É esse desperdício, resultante da busca pelo lucro, que põe diretamente em risco a própria sobrevivência da humanidade, apresentando a nós o desafio de fazermos algo em caráter de *urgência*. Isso era impensável sob as condições em que Marx escreveu, apesar de que se podem *projetar* as palavras sobre poluição escritas em sua crítica à avaliação anti-histórica de Feuerbach sobre a natureza; esta alcançando uma idealização sobre a natureza completamente desprovida de seu contexto social e ignorando totalmente o impacto exercido necessariamente pelo processo de trabalho capitalista. Você poderá encontrar as afirmações críticas de Marx em *A ideologia alemã*, mas obviamente não se trata de um desenvolvimento completo a respeito desse complexo de problemas como é o que confrontamos na forma imediata e de urgência.

Celebramos em março de 1998 o 150º aniversário de *O Manifesto do Partido Comunista*. A questão é: terá a humanidade outros 150 anos pela frente? Certamente não se o sistema do capital sobreviver! O que teremos de enfrentar é ou uma catástrofe total, devido ao desperdício monstruoso do sistema do capital, ou a humanidade precisará encontrar um caminho radicalmente diferente para regular o seu metabolismo social!

— Como você descreve a objetiva/real possibilidade do socialismo?

— Bem, no momento esta é uma questão muito difícil, por conta do que aconteceu no passado recente e, de certo modo, ainda tem ocorrido. Devemos manter em mente que o grande desafio histórico para gerações atuais e futuras é o de ir de um tipo de ordem de metabolismo social para outro modo radicalmente diferente. Não se pode enfatizar suficientemente o quão imensa e difícil é essa tarefa histórica. Nunca foi tão necessário encarar esse problema de forma tão dramaticamente urgente e inevitável quanto hoje.

A ordem social do capital, que nos é familiar, tem culminado como um sistema abrangente e dominador nos últimos trezentos a quatrocentos anos. No século XX ele também obteve êxito em sufocar, minar e corromper todos os principais esforços políticos cujo objetivo fosse o de se contrapor e ir além dele. Mas seria grande ilusão supor que isso significa o fim do socialismo. Essa é a maneira pela qual a propaganda neoliberal vem tentando descrever os acontecimentos, bradando triunfalisticamente que “nós nos livramos do socialismo de uma vez por todas”. A Sra. Thatcher, que foi Primeira Ministra da Grã-Bretanha por mais de uma década, gabava-se de que ela “havia se despedido do socialismo para sempre”. Ela se referia ao movimento da classe trabalhadora, grupos de trabalhadores e sindicalistas, especialmente os mineiros. À época houve uma greve

de mineiros que foi derrotada pelos esforços combinados do estado capitalista e da liderança do Partido Trabalhista sob o comando de Neal Kinnock.

A sra. Thatcher caracterizava os mineiros como “os inimigos internos”. A despeito de suas pretensões liberais, seu lado não temia, nem fazia nenhuma reserva, em falar que você e todos que mantêm aspirações ao estabelecimento de uma ordem socialista eram “os inimigos” e “os inimigos internos”. No atual momento, se você olhar ao redor, verá que o capital está no comando em todo o mundo. Mas ele é capaz de solucionar os problemas constantemente criados pelo funcionamento de seu próprio modo de reprodução do metabolismo social? Longe disso. Pelo contrário, dadas suas insuperáveis contradições antagônicas, o capital é incapaz de ocupar-se desses problemas. Ao invés disso, continua a gerá-los em uma escala sempre crescente. Isso é o que mantém a questão do socialismo na agenda histórica, a despeito de todos os esforços maciços e conjuntos com o objetivo de livrar-se dele. O sucesso do capital consiste apenas em *adiar* o tempo em que haverá uma necessidade inevitável de se confrontarem os graves problemas de seu sistema, os quais continuam a se acumular. Houve no passado inúmeras explosões sociais em resposta às contradições da ordem social estabelecida, remetendo-se proeminentemente de volta a 1848 e 1871, e de certo modo à Revolução Francesa de 1789 e seus desdobramentos.

As aspirações a uma ordem social verdadeiramente eqüitativa foram, no entanto, frustradas, como também mesmo as tentativas mais heróicas acabaram de uma forma ou de outra por ter a oposição e repressão do poder do capital, de um modo ou de outro. Muitos dos problemas encontrados, portanto, permanecem perigosamente não resolvidos. Nesse sentido, extremamente insustentável é precisamente o modo do processo de reprodução social antagonista e hostil que continua a gerar nossos graves problemas e, ao mesmo tempo, impedem suas soluções. Pois as determinações estruturais hostis constituem uma absoluta necessidade de funcionamento e reprodução do sistema existente, sejam quais forem as conseqüências. Estas não podem ser erradicadas. Não obstante todo o triunfalismo, os problemas não desaparecem. As conseqüências devastadoras dessa estrutura sempre retornam. Pode haver, portanto, apenas um tipo de solução: remover o antagonismo estrutural de nossa reprodução do metabolismo social. E tal feito é concebível apenas se a transformação tiver um alcance total, da menor célula constitutiva de nossa sociedade às maiores corporações transnacionais monopolistas que continuam a dominar nossas vidas.

Portanto, somente num sentido superficial é que o capital pode se considerar vitorioso; pois, sob um aspecto muito mais fundamental, ele está em meio à maior dificuldade possível. Isso pode soar paradoxal. Contudo, se você reconhecer a forma pela qual o capital pode dominar o processo de reprodução social em todos os lugares, deve também admitir que ele é estruturalmente incapaz de solucionar seus problemas e contradições. Onde quer que você olhe, encontra o que parece ser — e é amplamente propagado como — uma sólida solução;

porém, esta sempre acaba por reduzir-se a pó. Por exemplo, apenas tente relembrar a efêmera história dos “milagres econômicos” que tivemos nas décadas do pós-guerra. Que tipo de “milagres” foram eles? Houve o “milagre alemão” e o “milagre japonês”, seguidos pelo “milagre” italiano, brasileiro, etc. Como certamente nos lembramos, o mais recente deles foi o mais tendenciosamente apregoado milagre dos “tigres asiáticos”. E o que ocorreu com o milagre? Evaporou-se, como todos os outros, dando lugar a uma severa crise.

Hoje você não encontra no mundo um país sequer que não esteja enfrentando alguns problemas fundamentais, incluindo as recentes calamidades nas bolsas de valores da Rússia e de vários países do leste europeu. Bem, agora se você ler os jornais burgueses, verá que eles estão todos numa espécie de pânico. Suas manchetes são assustadoras e auto-assustadoras, para aquilo que esta realmente acontecendo. Lembro-me de quando o “milagre asiático” estava no auge, a noção desse pretendido milagre foi também usada como um argumento disciplinador contra as classes trabalhadoras dos países capitalistas do Ocidente. “Comportem-se! Aceitem o padrão de vida e de trabalho sob o qual os trabalhadores dos ‘tigres asiáticos’ vivem, ou vocês estarão em grandes dificuldades!”. Um sistema que alega ter resolvido todos os seus problemas nos países “pós-industriais” de “capitalismo avançado” do Ocidente, e que então, para a continuidade de sua saúde, precisa contar com uma mensagem autoritária e chantagista como essa, não promete muito para o futuro mesmo em termos de suas próprias referências.

Novamente, a esse respeito, há e somente pode haver uma solução viável e sustentável. O socialismo, no sentido em que mencionei anteriormente; isto é, a eliminação da atualmente dada estrutura hostil/antagonista em que um setor da sociedade — uma pequena minoria — deve dominar a enorme maioria por conta de uma determinação estrutural incomensurável. Vale dizer, uma forma de dominação que, a seu favor, apropria-se totalmente do poder de decisão. O trabalho, enquanto antagonista ao capital, não possui absolutamente nenhum poder de decisão, nem ao menos no mais limitado contexto. Essa é a vital e inevitável questão para o futuro. E nesse sentido, estou convencido, as chances de cedo ou tarde haver o ressurgimento do movimento socialista são certamente fundamentais e enormes.

— O conceito de “revolução” em sua opinião?

— Sim, o conceito de revolução permanece sendo muito importante e válido se o definirmos como uma profunda *transformação revolucionária em processo*, de todas as facetas de nossa vida social. Não se deve tomar o conceito de revolução com o significado de “um grande ataque que resolva tudo de uma vez por todas”, alimentando a ilusão de que, após cortadas algumas cabeças, chega-se à vitória. Pois o uso do conceito de revolução em Marx — claramente afirmado em muitos contextos — era o da “Revolução Social”.

Ele dizia que a grande diferença entre as revoluções do passado e a “revolução social”, socialista, era a de que as primeiras tiveram essencialmente um caráter *político*, o qual consistia na troca do *peçoal* de comando da sociedade, deixando a grande maioria das pessoas em suas posições de subordinação estrutural. Esse é também o contexto no qual a questão das “personificações do capital” deve ser considerada. Cortar um pequeno ou grande número de cabeças, o que se pode fazer com relativa facilidade, engajando-se no “grande ataque” por subverter algo — tudo isso acontece normalmente na *esfera política*. Esse é o sentido em que o conceito de “revolução” foi definido mesmo recentemente. Agora, sabemos por intermédio de amarga experiência que isso não funcionou. Proceder dessa forma não é suficiente. Devemos, portanto, voltar ao que Marx dissera sobre a “revolução social”.

Eu devo também enfatizar que tal conceito de revolução social não era originalmente uma idéia própria de Marx. Trata-se de um conceito que emergiu de Babeuf e seu movimento à época dos turbulentos resultados da Revolução Francesa de 1789. Babeuf foi executado nesse período, ele e seu grupo acusados de “conspiração”. Na realidade ele estava pressionando por uma “sociedade de iguais”. O mesmo conceito reapareceu nos anos de 1830 e durante as revoluções de 1848. Nessa época de levantes revolucionários, a idéia de “revolução social” esteve no primeiro plano das forças mais progressistas, e Marx a abraçara muito corretamente.

Em uma transformação social radical — estamos falando sobre uma Revolução Socialista — a mudança não pode ficar confinada ao pessoal de comando e, conseqüentemente, a revolução deve ser social de forma real e abrangente. Isso significa que a transformação e o novo modo de controle do metabolismo social devem penetrar em todos os segmentos da sociedade. Nesse sentido é que o conceito de revolução permanece válido; com efeito, à luz de nossa experiência histórica, mantém-se mais válida do que nunca. Trata-se da revolução que não apenas erradica, mas implanta. A erradicação faz parte desse processo tanto quanto o que ocupará o lugar do que fora erradicado. Marx diz em algum lugar que o significado de “radical” é “compreender os problemas em suas raízes”. Esse é literalmente o significado de ser radical, e isso mantém sua validade na idéia de revolução social no sentido há pouco mencionado, o da erradicação e implantação.

Assim, muito do que é hoje firmemente arraigado deve ser erradicado no futuro por intermédio de laborioso processo de uma contínua — se não “permanente” — transformação revolucionária. Mas o terreno em que isso é feito não pode ser deixado vazio. Deve-se por algo capaz de lançar raízes profundas no lugar do que foi removido. E falando a respeito da ordem social do capital, Marx usa a expressão “um sistema orgânico”. Na Introdução à edição iraniana de *Beyond Capital*, citei uma passagem em que ele fala sobre isso. O sistema de capital em que vivemos é uma sistema orgânico. Cada uma de suas partes apoiam e reforçam umas às outras. É esse tipo de *apoio recíproco* entre as partes que faz do problema da transformação revolucionária algo muito complicado e difícil. Se você quiser repor o sistema

orgânico do capital você tem de colocar em seu lugar *um outro sistema orgânico* no qual as partes apoiem o todo, do mesmo modo que as partes também reciprocamente apoiarão umas às outras. Assim é que o novo sistema torna-se viável, capaz de elevar-se com firmeza, de crescer, e de mover-se sucessivamente na direção que assegure gratificação para todo membro da sociedade.

Claramente, então, “revolução” não pode ser apenas uma questão de “destruição”. Tudo que puder ser destruído pode ser apenas um aspecto muito parcial da *revolução social*. As conhecidas variedades históricas de *capitalismo* podem ser destruídas — em alguns contextos limitados isso já ocorreu — mas o *capital* propriamente não pode ser “destruído”. Ele deve ser erradicado, no sentido anteriormente descrito, e algo deve ser posto em seu lugar. Da mesma forma, o estado capitalista pode ser destruído. Contudo, uma vez arruinado o Estado capitalista, não se removeu o problema propriamente, porque o *Estado com tal* não pode ser destruído. Por isso é que Marx fala sobre o “deperecimento do Estado”, o que é um conceito fundamentalmente diferente. Ademais, o mais espinhoso desses problemas concernentes à tarefa da transformação revolucionária é que o *trabalho como tal* não pode ser “destruído”. Como se “destroi” o trabalho sendo ele — juntamente com o capital e o estado — um dos três pilares de apoio do sistema do capital? Pois o trabalho é a base da reprodução da sociedade.

Houve já todos os tipos de fantasias, especialmente nas últimas décadas, que a “revolução informacional” livra-se do trabalho de uma vez por todas, e que vivemos felizes para sempre na “sociedade pós-industrial”. A idéia de trabalho tornar-se passatempo tem uma respeitável linearidade, remontando-se a Schiller. No entanto, as recentes renovações da apologia do capital constituem um completo absurdo. Você pode, em certo grau, abolir o *trabalho assalariado*. Mas isso está muito longe de resolver o problema da emancipação do trabalho, a qual é concebível somente como a auto-emancipação dos produtores associados. Trabalho humano como atividade produtiva sempre permanece como condição absoluta para o processo de reprodução. O substrato natural da existência do indivíduo é a própria natureza, a qual deve ser racional e criativamente *controlada* pela atividade produtiva — ao contrário de ser irresponsável e destrutivamente *dominada* pelos irracionais, antieconômicos e destrutivos imperativos do capital em expansão.

O metabolismo social envolve o intercâmbio necessário entre os próprios indivíduos e entre a totalidade dos indivíduos e a recalcitrante natureza. Mesmo a idéia original e não apologética do trabalho como passatempo, no século XVIII, era inseparável da idealização de natureza: a ignorância ou negação de sua necessária resistência obstinada. Mas as recentes réplicas da apologia ao capital afrontam todas as convicções, ao não levar em conta a impressionante evidência de destruição arbitrária da natureza feita pelo capital — e que os proponentes de tais teorias ignoram cinicamente. Você deve ter lido livros e artigos nas últimas duas ou três décadas sobre a assim denominada “sociedade pós-industrial”. Que diabos isso significa? “Pós-industrial”? Desde que a humanidade existe, ela tem

sido industriosa. Deve trabalhar para reproduzir a si mesma. Deve criar as condições sob as quais a vida humana não apenas continua possível, mas também torna-se mais rica em termos de realização humana. E isso é concebível somente por intermédio da indústria, no sentido mais profundo da palavra.

Seremos sempre industriais, ao contrário da fantasia propagandística de acordo com a qual a “revolução informacional” irá conferir um caráter completamente supérfluo ao trabalho industrial. Como é de se esperar, ao mesmo tempo em que aqueles que fazem apologia do capital estavam falando sobre o paraíso “pós-industrial”, estavam todos aprovando a transferência de “indústrias obsoletas” (“fumacentas”, *smoke-stack industries*) para Índia, China, Filipinas, ou América Latina. Assim, as “indústrias obsoletas” (“fumacentas”, *smoke-stack industries*) precisam ser retiradas do Ocidente “capitalista avançado”! Mas onde os “capitães da indústria” colocam as tóxicas indústrias *smoke-stack* da *Union Carbide*? São transferidas para Bhopal na Índia, com conseqüências catastróficas, matando muitas milhares de pessoas e cegando e ferindo outras milhares. Isso faz da sociedade algo de “pós-industrial”? Longe disso. Tais “transferências de tecnologia” significam somente que o Ocidente capitalista envia seu “linho sujo” para algumas partes “subdesenvolvidas” do mundo — o assim chamado “Terceiro Mundo”. Ao mesmo tempo, com enorme cinismo, os ideólogos e propagandistas do sistema também afirmam que tais transferências significam “modernização” segundo o modelo americano, cujo resultado será o de que as pessoas serão ricas e felizes em uma sociedade completamente motorizada.

A tão necessária revolução significa uma mudança fundamental de tudo isso. Nada pode ser resolvido pela destruição simplesmente. A destruição ou abolição de algumas instituições em situações históricas específicas é um necessário *primeiro passo*. Atos políticos radicais são necessários para remover um tipo de pessoal de comando e tornar possível que outro aflore em seu lugar. Mas o objetivo deve ser um profundo processo de contínua transformação social. E nesse sentido, o conceito de revolução permanece absolutamente fundamental.

— **Trabalhadores do Ocidente, tendo organizado Sindicatos, tentam ajustar seu Marx à situação do trabalho no mundo atual. Suas vozes e lutas não vão além de ações limitadas por bem estar, salários mais elevados, etc. No Oriente, por outro lado, devido às ditaduras, pressões econômicas tardias, e falta de conhecimento teórico, os movimentos sociais buscam não somente uma vida melhor, mas também a subversão de seu sistema do capital. A globalização e a privatização criaram oportunidades para movimentos anticapitalistas. O movimento radical parece surgir do Oriente, ao invés do Ocidente. O que você pensa a esse respeito?**

— Bem, penso que devemos examinar os fatos; e então você verá que algo do que disse é correto, mas com qualificações históricas. Ou seja, o que você descreve reflete condições de talvez duas ou três décadas atrás, cada vez menos situações atuais. Quando você considera algumas demandas cruciais do movimento dos

trabalhadores nos países capitalistas do Ocidente, como França e Itália, elas não podem ser descritas como apenas demandas por melhorias salariais.

Tome, por exemplo, a demanda por 35 horas semanais de trabalho sem perdas salariais, as quais foram concedidas pelo governo francês. Há agora na França uma lei — a ser implementada de 2000 a 2001 — estabelecendo que a semana de trabalho será reduzida para 35 horas. Essa não é uma demanda salarial. O mesmo está ocorrendo na Itália, onde há um impulso muito importante para a realização de igual objetivo. Posso talvez encontrar para você uma citação de uma das figuras líderes do movimento pelas 35 horas semanais na Itália, Fausto Bertinotti. Ele teve que responder a uma pergunta vinda de uma leitora de um diário da *Rifondazione*. Como você sabe, as condições de trabalho das mulheres em todas as sociedades capitalistas são piores do que as dos homens. (Não que seja um mar de rosas para qualquer um de seus companheiros.) Ela fazia a seguinte pergunta: “Se tivermos mais horas para nós mesmas”, como resultado das 35 horas semanais de trabalho, “como deveremos utilizá-las?”. Esta foi a resposta de Bertinotti:

“Quando dizemos que isso não é somente o objetivo dos sindicatos, mas uma questão de civilização, estamos nos referindo precisamente ao horizonte da pergunta que você está colocando: a importante questão do tempo, e o relacionamento entre tempo de trabalho e tempo de vida. Antes de tudo, sabemos, a partir de Marx, que o roubo do tempo de trabalho, a certo estágio do desenvolvimento histórico, torna-se uma extremamente miserável base da produção, da riqueza e organização da sociedade. Ademais, sabemos que a luta contra a exploração só pode vir junto, interligada e intimamente conectada com a luta contra a alienação. Vale dizer, contra esse mecanismo profundamente inerente à natureza do capitalismo, que não apenas retira de cada trabalhador o produto de seu ‘trabalho vivo’, mas induz ao estranhamento, heteronomia e à regulação opressiva do tempo de vida. Nesse sentido, as 35 horas, além dos benefícios que elas serão capazes de desencadear do ponto de vista dos empregos, realmente voltam à questão central da melhoria da vida de cada um: do autocontrole sobre o tempo, para se colocar em termos políticos não contingentes. Porque não haverá uma real transformação social sem um projeto de autocontrole coletivo do tempo de trabalho e do tempo de vida: um projeto real, não uma hipótese elaborada fora do sujeito social e das subjetividades individuais. Esse é também um grande desafio para a política e para nosso partido”.

Aí é que você pode perceber que a luta pelas 35 horas semanais não é simplesmente uma “demanda sindical”. Ela desafia todo o sistema de reprodução do metabolismo social, e, portanto, seria extremamente incorreto descrevê-la como nada mais que uma “demanda sindical”.

Você está certo no tocante ao fato de que, por muito tempo, demandas economicistas constituíam o horizonte do movimento dos trabalhadores nos países de capitalismo avançado. Mas essa orientação estreita não pode mais ser mantida. Isso nos conecta à questão das possibilidades do socialismo. O movimento operário

está agora levado em direção ao dever de levantar a questão do tempo de trabalho e tempo de vida. Apenas em uma medida muito limitada é que se pode considerar a redução do tempo de trabalho como uma demanda salarial. Os trabalhadores não querem simplesmente uma melhoria dos salários. Na verdade, eles dizem: “nós não queremos perder o que já temos”. Mas a lógica objetiva da situação é aquela de que eles estão perdendo de uma forma ou de outra, e por razões diversas. Pois uma das mais importantes perdas dos últimos 30 anos de desenvolvimento capitalista é o que chamo “a equalização descendente do diferencial da taxa de exploração”.

Nos países capitalistas do Ocidente, as classes trabalhadoras puderam por muito tempo gozar dos benefícios da “taxa diferencial de exploração”. Suas condições de vida e de trabalho eram incomensuravelmente melhores do que as encontradas nos “países subdesenvolvidos” do assim denominado “Terceiro Mundo”. Este foi um conceito que sempre rejeitei enquanto propaganda tendenciosa do capitalismo ocidental, porque o “Terceiro Mundo” é parte integral de um mundo único e profundamente interconectado. Encontram-se no momento condições de deterioração em todos os lugares, sendo a “equalização descendente” evidenciada também nos países de capitalismo mais avançado. Agora, os trabalhadores devem ser ameaçados em suas mais básicas condições de existência, pois o desemprego alastra-se por toda parte. E lutar contra o desemprego não pode ser considerado simplesmente uma negociação salarial. Há muito já foi o tempo em que se podia tratar o problema nos termos do “desemprego marginal” — como no auge da expansão keynesiana.

Portanto, as classes trabalhadoras mesmo dos países de capitalismo mais avançado precisam enfrentar esse desafio. Claro que você está certo em afirmar que as condições do Oriente são incomparavelmente muito piores. Mas é importante ressaltar que os países em questão são parte integral do sistema de “capital social total” e da “totalidade do trabalho”. Tudo que acontecer em uma parte causa um impacto sobre as condições em outro lugar. As condições do mercado de trabalho estão deteriorando em todos os lugares, incluindo os países capitalistas do Ocidente. No Canadá, tanto quanto nos Estados Unidos, ou na Inglaterra, Alemanha, França e Itália. As pressões intensificam-se e, posso acrescentar, isso implica uma necessária mudança na orientação do movimento da classe trabalhadora do Ocidente. Se você examinar a história do movimento da classe trabalhadora no século XX, verá que uma das maiores tragédias foi a divisão interna descrita como a separação entre o assim denominado “braço industrial” do movimento (os sindicatos) e o “braço político” (os partidos políticos).

Essa separação significou uma severa restrição — pode-se até chamá-la de castração — do movimento dos trabalhadores, ao confinar sua ação a limites demasiadamente estreitos. Os partidos políticos estão presos a uma situação na qual as pessoas, que eles supostamente representam, podem votar — colocar um pedaço de papel na urna uma vez em cada quatro ou cinco anos — renunciando, portanto, ao seu poder de tomada de decisão em favor de quem quer que esteja no parlamento. No momento, o que é significativo a respeito das

contínuas mudanças é que torna-se necessário transformar diretamente o movimento sindical (o “braço industrial”) em movimento diretamente político. Isso está agora começando a ocorrer em alguns países capitalistas europeus (notadamente em França e Itália) bem como no Japão. E tenho confiança de que isso acontecerá, num futuro não muito distante, também no Canadá e Estados Unidos. Essa é a qualificação que gostaria de adicionar a sua questão. As coisas têm mudado significativamente sob o impacto da lei tendencial do desenvolvimento do capital no que concerne à equalização descendente da taxa diferencial de exploração, à época da *crise estrutural do sistema do capital como tal*, e não simplesmente do *capitalismo*.

Você bem sabe do que estou falando; discuto esse problema de forma muito detalhada em *Beyond Capital*. Sob essas condições, não é mais possível manterem-se as pessoas nesse estado de submissão. Posso mencionar os mineiros britânicos, que sacudiram o país com uma longa luta de um ano, não por melhoria salarial. Seria inconcebível que eles suportassem por um ano inteiro a dureza, a miséria, a discriminação, a hostilidade e a repressão do estado, apenas em prol de uma melhoria salarial da ordem de 10, 20, ou mesmo 50 dólares por semana, quando até em termos financeiros eles já estavam perdendo muito mais no decorrer de sua luta. Os mineiros na Grã-Bretanha foram finalmente derrotados por intermédio da ação conjunta entre o Estado e, tristemente, como fora mencionado, também o Partido Trabalhista — seu presumido “braço político”. E o que houve com a força de trabalho dos mineiros britânicos? À época da greve, eles eram 150 mil na região; hoje esse número decaiu para menos de 10 mil! Essa é realidade da situação.

Contra isso é que os trabalhadores tiveram de lutar. A sua exterminação, a transformação das cidades e vilas mineiras em terra devastada pelo desemprego. Agora, portanto, um número cada vez maior de trabalhadores, também nos países de capitalismo avançado, é forçado a proceder da mesma forma que os mineiros britânicos. Posso ainda fazer menção a um outro caso, os trabalhadores das docas de Liverpool, que suportaram a extrema dureza da greve não por um ano, mas por dois anos e meio. Esse tipo de ação, essa forma de luta, que é simultaneamente industrial e política, é extremamente impensável no interior da estreita estrutura dos “objetivos dos sindicatos”.

— Obrigado por ter aceito nossa entrevista. Você gostaria de acrescentar algo para o leitor iraniano?

— Bem, posso apenas desejar enorme sucesso para todos que estiverem em sua empreitada e luta conjuntas, por uma transformação social radical que tanto necessitamos. E espero que vocês caminhem nessa direção.